PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE

ESTADO DE MINAS GERAIS

“Em Busca Do Tempo Perseguido”

LEI Nº 1.609/04 DE 02 DE JUNHO DE 2004

“Dispõe Sobre As Diretrizes Orçamentárias Para O Exercício De 2005 E Dá Outras Providências”.

O povo do Município de **Nanuque - MG**, por seus representantes APROVA e o Prefeito do Município, SANCIONA a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º da Constituição Federal, e Lei Orgânica do Município de Nanuque, as diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do Município para o exercício de 2005, compreendendo:

As prioridades e as metas da administração pública municipal;
A estrutura e organização dos orçamentos;
As diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
As disposições relativas à dívida pública municipal;
As disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
As disposições sobre alterações na legislação tributária do Município para o exercício correspondente;
As disposições finais;

CAPÍTULO II DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Artigo 2º - Constituem diretrizes gerais para a Administração Municipal:

I - a socialização do processo decisório, administrativo e executivo e o compromisso prioritário das ações de Governo com as camadas de mais baixa renda da população e com os excluídos;

PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE

ESTADO DE MINAS GERAIS

“Em Busca Do Tempo Perseguido”

II – modernização dos métodos e procedimentos da Administração Pública com vistas à racionalização de recursos;

III – modernização da Administração Pública, através da capacitação de recursos humanos e adoção de novas tecnologias, objetivando qualidade, eficiência, publicidade e eficácia na prestação do serviço público em geral;

IV – Equilíbrio entre Receitas e Despesas.

CAPÍTULO II DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Artigo 3º - Constituem prioridades e metas da Administração Pública Municipal a serem incluídas na proposta orçamentária para 2005:

Educação e Cultura

Construção, Ampliação e Reformas de Escolas, Creches, Quadras Esportivas e Poliesportivas;

Aquisição de Equipamentos, Material Permanente e Mobiliários;

Aquisição de Material Didático Escolar;

Capacitação de Recursos Humanos;

Atendimento à Educação Infantil;

Atendimento ao Ensino Fundamental;

Promoção de eventos de lazer e cultura;

Manutenção do convênio de merenda escolar;

Manutenção do sistema de transporte escolar como forma de assistência e educandos;

Manutenção dos programas de Incentivo ao Esporte;

Concessão de Bolsas de Estudos;

Atendimento à educação especial;

Manutenção e apoio ao programa federal de bolsa escola;

Implantação de disciplinas de trânsito e meio ambiente no ensino fundamental;

Aquisição de Transporte Escolar;

Aquisição de Veículo para a Secretaria de Educação.

Saúde

Aquisição de equipamentos e material permanente;

Manutenção e criação do Programa de Saúde da Família;

PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE

ESTADO DE MINAS GERAIS

“Em Busca Do Tempo Perseguído”

Extensão de redes de esgoto sanitários / pluviais;
Manutenção convênio com o SUS – Sistema Único de Saúde;
Manutenção de convênio com o FNS – Fundo Nacional de Saúde;
Implantação do programa de informatização de saúde;
Reforma, melhoria e atendimento de urgência médica;
Conservação e melhoria de unidades de saúde;
Aquisição de ambulância;
Manutenção de convênios.
Manutenção do atendimento odontológico gratuito a estudantes e carentes;
Arrendamento de estrutura física para implantação de unidade hospitalar.

Ação Social

Amparo ao menor carente e ao menor infrator;
Concessão de subvenção social a entidades de assistência social;
Concessão de auxílio financeiro a pessoas comprovadamente carentes;
Concessão de cestos de alimentos e medicamentos a pessoas comprovadamente carentes;
Concessão auxílios de transporte para tratamento de saúde fora do município às pessoas comprovadamente carentes.
Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social;
Manutenção do Programa Itinerante de Apoio ao Cidadão;
Manutenção de Convênios.
Implantação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
Manutenção do Programa Grupos da Terceira Idade;
Manutenção do Programa de Atendimento a Comunidade Carente;

Obras e Urbanismo

Construção, reformas, ampliação e manutenção de praças, parques e jardins;
Extensão de redes elétricas urbanas e rurais;
Abertura, calçamento, asfaltamento e ampliação de logradouros públicos;
Extensão da rede de iluminação pública;
Melhoramento da iluminação pública;
Obras de tratamento de esgoto e interseção em vias urbanas;
Manutenção de convênios;
Reformas de estradas vicinais;
Abertura de estradas vicinais;
Implantação e aprimoramento de sistema de proteção ao meio ambiente;
Manutenção do sistema de limpeza pública;

PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE

ESTADO DE MINAS GERAIS

“Em Busca Do Tempo Perseguido”

Construção de muros de contenção de encostas em localidades em que haja eminente risco de deslizamento;
Implantação de aterros sanitários;
Melhoria dos sistemas de Limpeza Urbana nas ruas de difícil acesso;
Aquisição de Patrulha Moto-Mecanizada (Veículos, Máquinas e Caminhões);
Construção de Galerias Pluviais;
Construção de Rede de Esgotamento Sanitário.

Fazenda

Implantação de programa de georeferenciamento municipal;
Atualização do Código Tributário Municipal;
Implantação do Programa de Modernização Administrativa e Tributária – P.M.A.T.;
Aumentar a arrecadação própria do Município através de cobrança da Dívida Ativa e Fiscalização;
Reciclagem e treinamento do pessoal;
Aquisição de equipamentos e material permanente;
Implantação do Conselho de Contribuintes;
Otimização das Receitas Municipais através da Fiscalização Progressiva do ISS e do IPTU;
Desenvolver Plano de Aumento da Participação do Município na Receita Transferida de ICMS através de uma política específica para a Economia Informal do Município;
Aquisição de veículos para os serviços de fiscalização.

Administração e Recursos Humanos

Reorganização do Departamento de Recursos Humanos;
Reorganização do Departamento de Patrimônio;
Reorganização do Departamento de Compras;
Aquisição de Equipamentos e Material Permanente;
Revisão de todas as vantagens pecuniárias devidas aos servidores ativos e inativos.

Desenvolvimento Sustentável

Manutenção de Convênio com a EMATER;
Estudos para criação de áreas de proteção ambiental;
Aquisição de Equipamentos e Material Permanente;
Manutenção dos Programas de Assistência e Extensão Rural;
Distribuição de sementes e mudas;

PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE

ESTADO DE MINAS GERAIS

“Em Busca Do Tempo Perseguido”

Criação de hortas comunitárias;
Distribuição de alevinos;
Criação do Departamento Municipal de Abastecimentos;
Implantar um Núcleo de Extensão Rural da Prefeitura, ampliando as ações da EMATER;
Propor Programas de parceria com Universidades da região para que seus agrônomos possam orientar atividades agrícolas em Nanuque;
Manutenção de programas de incentivo ao pequeno produtor rural;
Implantação Expansão de Rede de Eletrificação Rural;
Realização de Feiras e Exposições Agropecuárias, incluindo festividades com apresentações artísticas;
Aquisição de veículo para a Secretaria;
Construção, ampliação ou reforma do mercado municipal;
Construção, ampliação ou reforma do matadouro municipal.

Planejamento

Manutenção da Comissão Municipal do Emprego;
Incentivo ao Turismo;
Ampliação de áreas para construção de Distritos Industriais;
Organização do Departamento Municipal de Trânsito;
Desenvolvimento de estudos para terceirização dos serviços públicos;
Aquisição de Equipamentos e Material Permanente;
Desenvolvimento de projetos de modernização administrativa;
Manutenção de Convênios;
Criar uma política de desenvolvimento de Emprego e Renda no Município;
Definir Cronograma de desenvolvimento do Orçamento Participativo.
Aquisição de veículos para os serviços administrativos.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Artigo 3º - Para efeito desta lei entende-se por:

Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

Projeto, um instrumento de programação para alcançar objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das

PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE

ESTADO DE MINAS GERAIS

“Em Busca Do Tempo Perseguido”

quais resulta um produto que concorre para expansão ou aperfeiçoamento de ação de governo; e

Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

§ 1º - Cada **programa** identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de Atividades, Projetos e Operações Especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as Unidades Orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada **atividade**, projeto e Operação Especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a portaria do Ministério de Orçamento e Gestão.

§ 3º - As categorias de programação de que trata esta lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária por Programas, Atividades, Projetos ou Operações Especiais.

Artigo 4º - Os Orçamentos fiscais e seguridade social compreenderão a programação dos órgãos do Município, suas autarquias, fundos especiais, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista em que o Município detém a maioria do capital social com direito a voto.

Artigo 5º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual, será encaminhado ao Poder Legislativo, conforme estabelecido na Lei Orgânica do Município, Lei 4.320/64, de 17 de março de 1.964, e será composto de: artigo 165, § 5.º, da Constituição Federal, e Art. 5.º, da Lei Complementar 101/00, de 04 de maio de 2000, compreenderá a programação dos Poderes Legislativo e Executivo do Município e órgãos mantidos pela Administração Pública Municipal, e será composto de:
texto da Lei;

consolidação dos quadros orçamentários;

anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e despesa na forma definida nesta Lei;

anexo do orçamento de investimentos das empresas;

discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social.

§ 1º - Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, incisos III, IV, e parágrafo único da Lei nº 4.320/64, os seguintes demonstrativos:

PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE

ESTADO DE MINAS GERAIS

“Em Busca Do Tempo Perseguido”

do resumo da estimativa da receita total do município, por categoria econômica e segundo a origem dos recursos;

do resumo da estimativa da receita total do Município, por rubrica e categoria econômica e segundo a origem dos recursos;

da fixação da despesa do Município por função e segundo a origem dos recursos;

da fixação da despesa do Município por poderes e órgãos e segundo a origem dos recursos;

da receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores aquele em que se elaborou a proposta;

da receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta;

da receita prevista para o exercício a que se refere a proposta;

da despesa realizada no exercício imediatamente anterior;

da despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta;

da despesa fixada para o exercício a que se refere a proposta;

da estimativa da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;

do resumo geral da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica, segundo a origem dos recursos;

das despesas e receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, de forma agregada e sintética, evidenciando o déficit ou superávit corrente e total de cada um dos orçamentos;

da distribuição da receita e da despesa por função de governo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente;

da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal n.º 9.394/96, por órgão, detalhando fontes e valores por programas de trabalho e grupos de despesa;

de aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - FUNDEF, na forma da legislação que dispõe sobre o assunto;

do quadro geral da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por rubrica e segundo a origem dos recursos;

da descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades com a respectiva legislação.

da aplicação dos recursos de que trata a Emenda Constitucional nº 25;

da receita corrente líquida com base no art. 1º, parágrafo 1º, inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000;

da aplicação dos recursos reservados à saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29;

PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE

ESTADO DE MINAS GERAIS

“Em Busca Do Tempo Perseguído”

Artigo 6º - Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária, expressa por categoria de programação, indicando-se, para cada uma, no seu menor nível de detalhamento:

o orçamento a que pertence;

o grupo de despesa a que se refere, obedecendo a seguinte classificação:

DESPESAS CORRENTES:

Pessoal e Encargos Sociais;

Juros e Encargos da Dívida;

Outras Despesas Correntes.

DESPESAS DE CAPITAL:

Investimentos;

Inversões Financeiras;

Amortização e Refinanciamento da Dívida;

Outras despesas de Capital.

CAPITULO IV

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Artigo 7º - O projeto de lei orçamentária do Município de NANUQUE, relativo ao exercício de 2005, deve assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento:

o princípio de controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;

o princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Artigo 8º - Será assegurada aos cidadãos a participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimento de interesse local, mediante regular processo de consulta.

Artigo 9º - A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de lei orçamentária, serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE

ESTADO DE MINAS GERAIS

“Em Busca Do Tempo Perseguido”

Artigo 10º - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal.

Artigo 11 - Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9º e no inciso II do § 1º do artigo 31, todos da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos, para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais.

§ 1º - Excluem do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 2º - No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:
com pessoal e encargos patronais;
com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no artigo 45 da Lei Complementar nº 101/2001;

§ 3º - Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Art. 12 - Fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações e adequações de sua estrutura administrativa, desde que sem aumento de despesa, e com o objetivo de modernizar e conferir maior eficiência e eficácia ao poder público municipal.

Artigo 13 - A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedida de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da Lei n.º 4.320/64.

Artigo 14 - Na programação da despesa, não poderão ser fixadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE

ESTADO DE MINAS GERAIS

“Em Busca Do Tempo Perseguido”

Artigo 15 - Observadas as prioridades a que se refere o artigo 2º desta lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais, somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, a cargo da Administração Direta, das autarquias, dos fundos especiais, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista se:

houverem sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;

estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio;

os recursos alceados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

Artigo 16 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de quaisquer recursos do Município, inclusive das receitas próprias das entidades mencionadas no art. 15, para clubes, associações de servidores e de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde ou educação ou que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

§ 1º - Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos na caput, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos emitida no exercício de 2004 e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 3º - Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda de:

publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

§ 4º - A concessão de benefício de que trata o caput deste artigo deverá estar definida em lei específica.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE

ESTADO DE MINAS GERAIS

"Em Busca Do Tempo Perseguido"

Artigo 17 - A inclusão, na lei orçamentária anual, de transferências de recursos para o custeio de despesas de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Artigo 18 - As receitas próprias das entidades mencionadas no art. 15 serão programadas para atender, preferencialmente, os gastos com pessoal e encargos sociais, juros, encargos e amortização da dívida, contrapartida de financiamentos e outras despesas de manutenção.

Artigo 19 - A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

Artigo 20 - A Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor até 1 % (um por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2005 destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Artigo 21, A Lei Orçamentária garantará a prioridade no pagamento da despesa decorrente do débito refinanciada, inclusive com a previdência social.

Artigo 22 - O projeto de Lei Orçamentária poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito respeitadas os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III da Constituição Federal.

Parágrafo único, "A Lei Orçamentária anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações a nível de projetos e atividades financiados por estes recursos.

Artigo 23 - A Lei Orçamentária poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar nº 101/0000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE

ESTADO DE MINAS GERAIS

“Em Busca Do Tempo Perseguido”

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS

Artigo 24 - No exercício financeiro de 2007, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo observadas as disposições contidas nos artigos 98, 19 e 20, da Lei Complementar nº 109 de 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE

ESTADO DE MINAS GERAIS

"Em Busca Do Tempo Perseguido"

Artigo 25 - Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos (no art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a adoção das medidas de que tratam os parágrafos 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal preservará o pessoal das Áreas de saúde, educação e assistência social.

Artigo 26 - O limite de despesa de pessoal atingirá o nível de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. A contratação de hora (extra) fica restrita a necessidades emergenciais nas áreas de saúde e de saneamento.

CATÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE (A RECEITA E ALTERAÇÕES NE LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.

Artigo 27 - A estimativa da receita que constará do projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2005 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, (com vistas à expansão de base de tributação e consequente aumento das receitas próprias.

Artigo 28 - A estimativa da receita citada no art. 13 anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para

atualização/ da planilha de valores do município;
revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal.

revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

revisão da legislação aplicável ao imposto sobre Transmissão Intergeneracional de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE

ESTADO DE MINAS GERAIS

"Em Busca Do Tempo Perseguido"

instituição de taxa pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

revisão da legislação sobre as taxas pelo "exercício do poder" de polícia;

revisão das isenções dos tributos (municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal. § 1º - Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, o Poder Executivo estabelecerá projetos de lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária, cuja renúncia deverá alcançar os montantes dimensionados no Anexo de Metas Fiscais, já considerados no cálculo do resultado primário.-

§ 2º - A parcela de receita (orçamentária prevista no caput deste artigo, que decorrerá de propostas de alterações na legislação tributária, apresentada em virtude de emenda de projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara de Vereadores poderá ser identificada, discriminando-se as despesas cuja execução ficará condicionada à aprovação das respectivas alterações legislativas.

CAPITULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 2º - É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprópria ou com dotação ilimitada.

Artigo 3º - O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e afiliação de resultados das ações de governo/

Parágrafo Único - A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade Orçamentária responsável pela execução, de modo a evitar o custo das ações e proporcionar a correta avaliação dos resultados.

Artigo 31 - Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, o limite dos incisos I e II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE

ESTADO DE MINAS GERAIS

“Em Busca Do Tempo Perseguido”

Artigo 32 - Até trinta dias após a publicação do orçamento, o Poder Executivo estabelecerá, através de decreto, o Programa de Anuidade e o Cronograma de execução Mensal de Desembolso

PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE

ESTADO DE MINAS GERAIS

“Em Busca Do Tempo Perseguido”

nos termos do disposto no Artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000.- **Artigo 3º**- O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para promover (modificação nos projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao orçamento Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a votação- no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Artigo 34 m Esta lei entra em vigor já data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos dois dias do mês de junho de 2004.

ARLANÃO RODRIGUES FOMES
Prefeito Municipal

ANTÔNIO PEREIRA LOUZI
Chefe de Gabinete